18° ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO
EM ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL

BELO HORIZONTE - MG
11 - 14 / AGOSTO

PAISAGENS EM DIÁLOGOS
TERRITÓRIOS, MEMÓRIAS E NATUREZAS

ENEPEA 2026

ECLETISMO, MEMÓRIAS E INSEGURANÇA

As lutas pela sobrevivência da Praça da República – Niterói – RJ

ST3 - Paisagens e memórias

ECLECTICISM, MEMORIES AND INSECURITY

The struggles for survival of Praça da República – Niterói – RJ

NEMER, Luciana
Professora Doutora | UFF | Niterói, RJ, Br | luciananemerdiniz@gmail.com | ORCID: 0000-0003-0106-3292

ROCHA, Queren
Doutorando | UFF | Niterói, RJ, Br | querenrocha02@gmail.com | ORCID: 0009-0006-7533-7590

ARAGÃO, Everton
Graduando | UFF | Niterói, RJ, Br | e_aragao@id.uff.br | ORCID: 0009-0003-9423-4667

RESUMO

A presente pesquisa analisa a trajetória histórica, arquitetônica e simbólica da Praça da República de Niterói, buscando compreender as relações entre o poder político, o patrimônio cultural e a memória coletiva. O desenvolvimento deste artigo se justifica pela necessidade de investigar como a preservação física isolada dos monumentos é insuficiente para garantir a apropriação social, combatendo o esvaziamento e a degradação no contexto do planejamento urbano de Niterói. Para isso, foi realizado um estudo histórico-analítico, com base em revisão bibliográfica e documentos institucionais, utilizando a análise de marcos arquitetônicos e síntese histórica de pontos críticos. Além das fontes secundárias foram realizadas idas a campo em dois momentos distintos: logo após a sua reconstrução, em 1991, e no corrente ano. Os resultados mostram que a reconstrução da praça foi uma vitória da democracia sobre o autoritarismo, mas sua configuração atual prioriza a organização do tráfego de veículos em detrimento da escala humana, do conforto, da segurança, do pedestre e da educação patrimonial, diretrizes que a revitalização deveria ter alcançado. Dessa forma, o estudo amplia as discussões sobre o Ecletismo como linguagem de poder e contribui para o debate sobre a ressignificação de centros cívicos monumentais como espaços de lazer e cidadania.

Palavras-chave: Praça da República (Niterói); patrimônio cultural; memória coletiva; preservação patrimonial

ABSTRACT

This research analyzes the historical, architectural, and symbolic trajectory of Niterói's Praça da República (Republic Square), seeking to understand the relationships between political power, cultural heritage, and collective memory. The development of this article is justified by the need to investigate how the isolated physical preservation of monuments is insufficient to guarantee social appropriation, combating the emptying and degradation within the context of Niterói's urban planning. To this end, a historical-analytical study was conducted, based on bibliographic review and institutional documents, using the analysis of architectural landmarks and a historical synthesis of critical points. In addition to secondary sources, field visits were carried out at two distinct times: shortly after its reconstruction in 1991, and in the current year. The results show that the reconstruction of the square was a victory of democracy over authoritarianism, but its current configuration prioritizes the organization of vehicular traffic to the detriment of human scale, comfort, safety, pedestrian access, and heritage education—guidelines that the revitalization should have achieved. In this way, the study broadens the discussions about Eclecticism as a language of power and contributes to the debate on the reinterpretation of monumental civic centers as spaces for leisure and citizenship.

Keywords: *Praça da República (Niterói); cultural heritage; collective memory; heritage preservation*

1 INTRODUÇÃO

A analogia existente do poder na Praça da República de Niterói não é apreendida sem que haja um mergulho no contexto de crise e renascimento que a cidade fluminense enfrentou na transição para o século XX. Após os danos devastadores da Revolta da Armada[1] (1893-1894), Niterói perdeu sua condição de capital para a cidade de Petrópolis, mergulhando em um período nebuloso e sem tanto prestígio que o circundava anteriormente. O retorno triunfal do status de sede do governo estadual, em 20 de junho de 1903, sob a liderança de figuras como Quintino Bocaiúva e Nilo Peçanha, trouxe a pulsante urgência de uma reestruturação urbana e espacial que espelhasse a modernidade da recém-criada República. Visto essas demandas, se deu necessário criar um espaço que não apenas abrigasse as instituições, mas que vangloriasse a força do novo regime perante a comunidade.

O local escolhido para esse projeto do ambicioso centro cívico era conhecido pejorativamente pelos moradores como "Campo Sujo". O sítio localizado ao lado do Morro da Conceição, na Rua Dr. Celestino, era uma área pantanosa, alagada pelas águas do antigo Rio dos Passarinhos. Desde o século XIX, o local funcionava como o vazadouro de lixo e dejetos das residências próximas e abrigo para marginalizados (Nemer *et al.,* 1991a). A transformação dessa área insalubre em um epicentro da autoridade administrativa foi o primeiro grande ato de afirmação do poder republicano: a vitória do progresso higienista sobre o caos colonial (Pantoja, 1995). Para Aragão (2025, p. 9) também contribui para a criação do Centro Cívico, atual Praça da República, o engenheiro Paulo Alves, primeiro prefeito da cidade.

Figura 1: Mapa do Centro de Niterói em 1913



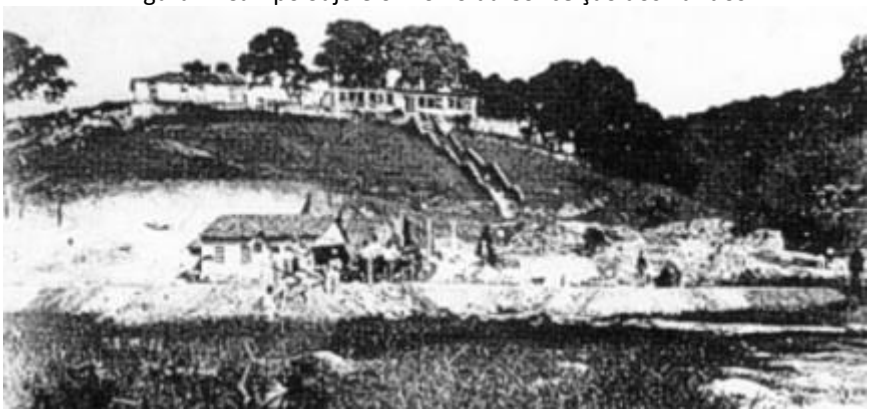
Fonte: Municipal de Niterói *apud* Nemer *et al.,* 1991a

[1] A revolta ocorreu pela insurreição de setores da Marinha do Brasil (1893-1894) contra o governo do marechal Floriano Peixoto, motivada pela insatisfação com a centralização do poder e pela recusa do presidente em convocar novas eleições, conforme previa a Constituição de 1891. O conflito foi marcado por duelos de artilharia na Baía de Guanabara, bloqueios navais e uma tentativa de aliança com a Revolução Federalista no Sul do país. O movimento acabou derrotado devido à falta de coordenação e à interferência estrangeira, resultando na consolidação do poder republicano (Abreu, 2024).

A aquisição definitiva do terreno ocorreu em 1913, quando a Prefeitura adquiriu a área. No governo do Estado do Rio de Janeiro estava à frente Francisco Chaves de Oliveira Botelho e a na prefeitura de Niterói: Feliciano Pires de Abreu Sodré.

Na ocasião do projeto original, o local escolhido foi a Praça Gomes Carneiro (atualmente Praça do Rink), no entanto a proposta foi transferida para área mais ampla, entre as ruas: Visconde de Sepetiba, Coronel Gomes Machado, Marques do Paraná e Doutor Celestino, que pertenceu a José Pereira de Souza que as doou à Santa Casa de Misericórdia. O local, conhecido como o "Campo Sujo", foi um desafio para a engenharia - o engenheiro militar José Pio Borges de Castro coordenou o aterro das áreas alagadas utilizando terras retiradas do próprio Morro da Conceição, que foi parcialmente desmontado para dar lugar à nova configuração urbana (Brito, 1990).

Figura 2: Campo Sujo e o Morro da Conceição aos Fundos



Fonte: https://www.bdtd.uerj.br:8443/bitstream/1/10548/2/Anexos_Pt%201_Dissert_Ariadne.pdf

A concepção arquitetônica foi entregue ao arquiteto francês Emílio Dupuy Tessain, laureado pelo Salão de Paris, que trouxe para Niterói o rigor estético do Ecletismo europeu. Tessain, auxiliado pelo italiano Pedro (Pietro) Campofiorito, desenhou um conjunto onde os prédios públicos seriam posicionados em torno de uma ampla praça cívica. O objetivo era reunir os três poderes estaduais (Executivo, Legislativo e Judiciário) em edificações monumentais que seguissem uma morfologia diversificada: a severidade clássica para o Judiciário, a imponência para o Legislativo e a funcionalidade higienista para a educação e a polícia (Pantoja, 1995).

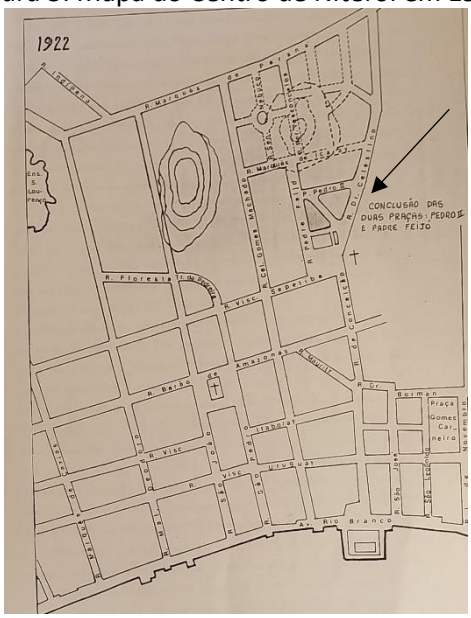
> A urbanização teve a frente o engenheiro José Pio Borges de Castro que seguindo o projeto para área traçou diversas ruas as quais foram, posteriormente, na gestão do prefeito Otávio Carneiro, nomeadas em homenagem a políticos do império. A abertura da conhecida Avenida Amaral Peixoto, ligando a Avenida Marquês de Paraná como mar, aguardaria até 1941 (Nemer *et al.,* 1991a, p. 17).

Segundo Nemer *et al.* (1991a) a primeira guerra mundial fez com que Emílio Dupuy Tessain retornasse à França para prestar serviço militar, rescindindo o contrato. O arquiteto deixa em seu lugar Pedro Campofiorito, através de Carta de Apresentação datada de 12 de abril de 1914. Campofiorito, contratado como arquiteto desenhista das Obras Novas, exerceu a função até a conclusão das construções.

Em 1915, por razões de rivalidade política entre Nilo Peçanha e Feliciano Sodré, as obras de terraplanagem e urbanização do Campo Sujo foram paralisadas, com exceção da Secretaria de Polícia (Wehrs, 1986).

A retomada efetiva do projeto monumental só ocorreu na década de 1920, quando Feliciano Sodré retornou ao cenário como governador do Estado. Nessa fase a praça, então denominada Praça Pedro II, foi reformada para adquirir sua forma retangular definitiva, integrando o novo prédio da Biblioteca Estadual e o monumento central.

Figura 3: Mapa do Centro de Niterói em 1922



Fonte: Biblioteca da Municipal de Niterói apud Nemer *et al.,* 1991a

A transformação do "Campo Sujo" na Capital Republicana consolidou-se em 1927, com a inauguração do monumento "O Triunfo da República", de José Octávio Corrêa Lima (Brito, 1990).

Figura 4: Monumento O Triunfo da República



Fonte: dos autores, 2026

Desta forma, a constituição da Praça da República representa a materialização de um projeto político de centralização e modernização. Ao converter um depósito de lixo em um centro administrativo de padrão europeizado, as elites fluminenses da época buscaram neutralizar a imagem provinciana de Niterói e afirmar a cidade como um polo de irradiação dos ideais positivistas de "Ordem e Progresso". A praça tornou-se, assim, o registro das transições do período, transformando-se de um pântano no significado simbólico e institucional da antiga capital fluminense.

2 ARQUITETURA E PAISAGISMO ECLÉTICOS E O SIMBOLISMO

A Praça sobrepuja a sua função de simples espaço público para ser consolidada como um sofisticado sistema de signos e significâncias sociais, onde a arquitetura e a arte foram mobilizadas para projetar uma imagem de autoridade, estabilidade e progresso. O estudo do conjunto revela como o ecletismo não se deu por uma mera repetição de estilos já alicerçados, mas enfatiza como uma linguagem deliberada para afirmar o poder da recém-nascida República brasileira perante a comunidade internacional.

Etimologicamente, o Ecletismo é uma abordagem conceitual que consiste em reunir teses de sistemas diversos como filosóficos, artísticos e teóricos diversificados unificando-os ao invés de utilizar um único paradigma arquitetônico. No Brasil, a adoção do Ecletismo permitiu registrar um momento histórico da mentalidade nacional, utilizando marcos que refletiam ideias de desenvolvimento e modernidade.

Os anos 20 e 30 são, para a cidade brasileira, de consolidação do Ecletismo, tanto arquitetônico como paisagístico, já que é nesse período de crescimento econômico e urbanístico que são construídas suas mais significativas obras (Macedo, 1999).

Figura 5: Praça da República - Brasiliana Fotográfica



Fonte: Museu Aeroespacial, 1935

Conforme Macedo (1999) o Ecletismo inicia-se formalmente em 1783, com a abertura do Passeio Público e a ruptura dos velhos padrões coloniais. O uso do conceito no paisagismo carrega uma associação direta com a arquitetura do período, quando a corrente predomina.

Segundo Macedo (1999) o Ecletismo divide-se em duas correntes bastante diferenciadas: A clássica e a romântica. De acordo com a figura 5 e ainda pelas visitas realizadas ao local ao longo dos períodos de pesquisa constatou-se que a Praça da República é, segundo Macedo (1999), um espaço tratado a partir de um parcelamento geométrico do solo, favorecendo-se a criação de pisos e caminhos estruturados por eixos, que convergem para um ponto principal, conectando-o aos diversos acessos.

De acordo com a figura 5 é possível verificar que árvores de médio porte existentes na área foram preservadas. Em climas tropicais, como no Brasil, a presença de sombras é valorizada e assim, ao longo do tempo, outras árvores foram plantadas. Embora tenha ocorrido o plantio, a praça continuou sendo um espaço de destaque aos edifícios de seu perímetro, e a função da mesma de emoldurá-los permanece.

Na Praça da República cabe ressaltar ainda que a vegetação foi disposta de uma maneira expositiva, emoldurando os tabuleiros gramados e entremeada por pilares sobrepostos por vasos com plantas que fazem o papel de pórticos de acesso ao centro da mesma.

A praça e sua linguagem Eclética serviram para transformar o antigo "Campo Sujo" em um Centro Cívico monumental. Sob a orientação de Emilio Dupuy Tessain e Pietro Campofiorito, o conjunto foi desenhado para que cada prédio público assumisse um estilo que evocasse, simbolicamente, a sua funcionalidade específica. Essa "morfologia estilística" diversificada permitia que os edifícios dialogassem entre si em uma narrativa de poder e ordem (Wehrs, 1986).

Os edifícios, verdadeiros marcos da Praça da República, utilizam cores e materiais para definir a "personalidade" de cada instituição. De acordo com os registros do INEPAC (1978), as cores originais acentuavam a finalidade de cada construção: o Palácio da Justiça utilizou o ocre, cor associada à Itália e ao Direito Romano, conferindo ao prédio uma aura de severidade e tradição clássica; a Biblioteca Estadual recebeu o azul Nattier, uma referência direta à cultura e à elegância francesa, posicionando o prédio como um templo da literatura e da erudição; a Secretaria de Polícia apresentava o colorido dos tijolos aparentes entre cunhais, o que remetia às típicas cavalariças inglesas, evocando o pragmatismo e a eficiência da ordem britânica.

O Quadro 1 apresenta os edifícios do entorno da Praça da república, registrados na atualidade, através de pesquisa de campo. As imagens complementam as informações e permitem compreender a importância do conjunto enquanto patrimônio construído.

O Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC) realizou em 30 de janeiro de 1980 o tombamento provisório e, em 26 de janeiro de 1983 o tombamento definitivo. Em 1989 a área da praça passou por uma decisão única e necessária: o Governo do Estado determinou a implosão do arcabouço do edifício construído em seu terreno e a reconstituição da praça na sua forma original.

Assim, o item a seguir, “O abuso de poder e a sombra do "esqueleto" (1971-1989)” relata a história, onde a população de Niterói teve papel protagonista na recuperação do patrimônio municipal e estadual, pertencente a memória dos niteroienses e fluminenses.

Quadro 1: Edifícios do entorno da Praça da República

Edifício	Imagem	Observação
Assembleia Legislativa (em 1975 passa a abrigar a Câmara Municipal)		Projeto elaborado por Emílio Dupuy Tessain /1913
Palácio da Justiça (atual Fórum de Niterói)		Projeto elaborado por Emílio Dupuy Tessain /1913
Delegacia de Polícia		Projeto elaborado por Emílio Dupuy Tessain /1913
Escola Normal		Projeto elaborado por Emílio Dupuy Tessain /1913
Biblioteca Estadual / Academia de Letras e Arquivo Público		Projeto Pedro Campofiorito / obra iniciada em 1927

Fonte: dos autores, 2026.

De acordo com Aragão (2025) o entorno da Praça da República abriga um dos mais relevantes conjuntos arquitetônicos de Niterói, composto pelas edificações: Liceu Nilo Peçanha, Câmara Municipal, sede da Polícia Civil, Palácio da Justiça e Biblioteca Estadual. Esses imóveis, tombados pelo Patrimônio Histórico, representam importantes testemunhos da arquitetura do início do século XX.

3 O ABUSO DE PODER E A SOMBRA DO "ESQUELETO" (1971-1989)

A destruição da Praça da República em 1971 constitui um dos episódios mais drásticos de ruptura patrimonial e autoritarismo urbanístico na história de Niterói. Sob o pretexto de uma suposta necessidade de modernização das instalações do Poder Judiciário, o então governador Geremias Fontes autorizou a demolição total do conjunto cívico para a construção de um novo Palácio da Justiça. Esse ato foi amplamente classificado por intelectuais e pela imprensa da época como um abuso de poder e uma evidência de ignorância cultural, uma vez que a municipalidade dispunha de outros terrenos adequados que não exigiriam o sacrifício de um marco histórico. A decisão ocorreu em um contexto político de "povo amordaçado", típico do regime militar, o que permitiu que o projeto avançasse sem consulta popular ou respeito à autonomia municipal (Ferreira, 1997).

Com a fusão dos antigos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara em 1974, o novo edifício perdeu sua justificativa administrativa como sede de poder estadual, resultando no abandono total das obras. Por quase vinte anos, o centro de Niterói foi dominado pela sombra de uma estrutura inacabada de 18 andares, pejorativamente apelidada pela população de "esqueleto". Esta "monstruosidade de concreto" não apenas quebrou a harmonia estética do conjunto eclético, como também asfixiou visualmente monumentos vizinhos, como a Biblioteca Estadual e a Câmara Municipal, além de degradar a segurança e a circulação na área central. Durante este hiato, o porão da estrutura permaneceu inundado pelas águas do antigo Rio dos Passarinhos, enquanto os andares superiores serviam apenas como um estacionamento irregular para o Judiciário (Brito, 1990).

O destino do monumento "O Triunfo da República" durante esse período exemplifica o descaso institucional com o patrimônio. Desmontado violentamente, suas peças de bronze e granito foram abandonadas em galpões precários na Ponta D'Areia e, posteriormente, em um vazadouro municipal no bairro de Viçoso Jardim. O abandono facilitou a ação de vândalos e saques, resultando no desaparecimento de elementos fundamentais da obra, como os medalhões de bronze que representavam a unidade dos municípios fluminenses.

4 A RECONQUISTA DO ESPAÇO: "A PRAÇA É DO POVO"

O processo de reversão deste cenário de degradação iniciou-se com a redemocratização e o fortalecimento da sociedade civil organizada. Em 1 de setembro de 1987, a Associação Fluminense de Engenheiros e Arquitetos (AFEA) lançou a campanha "A Praça é do Povo", que se tornou o catalisador de um amplo movimento social pela reconstrução do logradouro. O movimento aglutinou artistas, intelectuais, associações de moradores e diretórios políticos sob a premissa de que recuperar a praça era, acima de tudo, um ato de resgate da cidadania niteroiense e da memória política massacrada pelo arbítrio.

A narrativa da campanha fundamentou-se em argumentos técnicos e sentimentais. Estudos da Empresa Metropolitana de Obras Públicas (EMOP) indicaram que o custo para concluir o edifício seria três vezes superior ao valor necessário para sua implosão e a subsequente restauração da praça original. O governo estadual, então sob a gestão de Moreira Franco, reconheceu que o "esqueleto" representava uma agressão à identidade cultural do estado. Apesar das intensas disputas judiciárias e da oposição de setores da magistratura e da OAB, que tentaram impedir a demolição via ações populares e liminares, o interesse público prevaleceu (Brito, 1990).

Alguns fatores favoreciam o interesse político do governo no problema da Praça da República, “vantagens” eleitorais e a influência dos niteroienses no governo. “A partir desses movimentos o processo correu relativamente rápido: vistoria do prédio abando nado, relatório de avaliação, orçamento e sua implosão e o projeto de reconstrução da praça” (Nemer *et al.,* 1991, p .33).

Figura 6: Implosão do Esqueleto



Fonte: https://nitheroy.wordpress.com/2017/02/01/a-praca-da-republica/

A culminação simbólica deste movimento ocorreu em 28 de maio de 1989, com a implosão da estrutura de concreto. O evento, que durou apenas cinco segundos, foi assistido em todo o país e celebrado com efusividade pela comunidade local como uma vitória da democracia sobre o entulho autoritário.

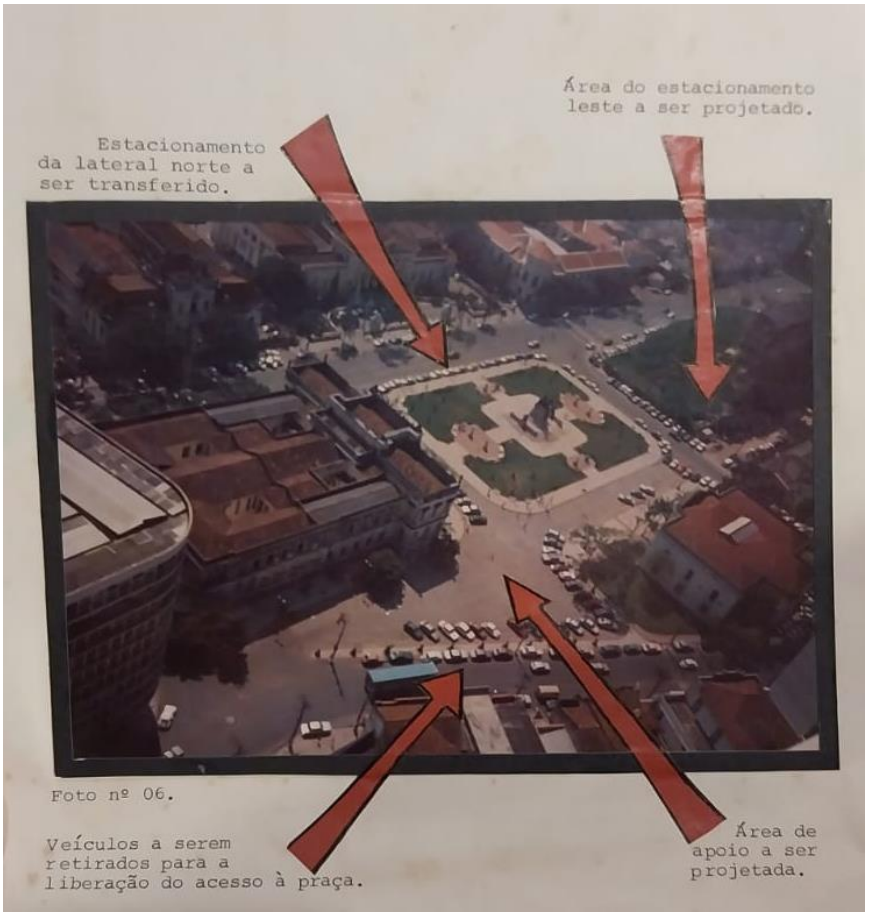
A reconstrução fiel ao projeto original de Dupuy Tessain e Campofiorito foi executada pela EMOP, enquanto a Fundição Zanelli recuperou o monumento remanescente. A maquete construída pela equipe da EMOP para a reconstrução da Praça da República foi posteriormente doada à Biblioteca Pública de Niterói, atual Biblioteca Parque de Niterói (BPN).

A reinauguração oficial em 5 de dezembro de 1989, coincidindo com o centenário da Proclamação da República, devolveu a Niterói seu coração cívico. A praça ressurgiu como um marco simbólico que integra o passado no presente, servindo como testemunha permanente das transições socioculturais e da resiliência da memória coletiva fluminense (Pantoja, 1995).

5 ESTADO ATUAL E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

A reconstrução da Praça da República, finalizada em 1989, devolveu à população de Niterói um patrimônio de inestimável valor afetivo e cultural, porém sua configuração atual apresenta obstáculos significativos para a plena apropriação social. Geograficamente, o logradouro encontra-se confinado entre dois eixos de intenso tráfego de veículos a Avenida Ernani do Amaral Peixoto e a Rua Dr. Celestino, o que fragmenta a continuidade urbana e torna o acesso dos pedestres uma tarefa perigosa e descontínua. Estudos contemporâneos indicam que a praça se transformou majoritariamente em um local de passagem rápida, perdendo sua função primordial de espaço de lazer e convivência para se tornar um corredor de circulação funcional entre prédios públicos e o comércio central.

Figura 7: Diagnóstico da área



Fonte: Nemer *et al.,* 1991b

Entre os principais desafios para a sua revitalização, destaca-se a inadequação do microclima local. A ausência de uma arborização de médio porte, como havia no passado, expõe os frequentadores ao calor excessivo tornando a permanência nos jardins desconfortável durante grande parte do dia.

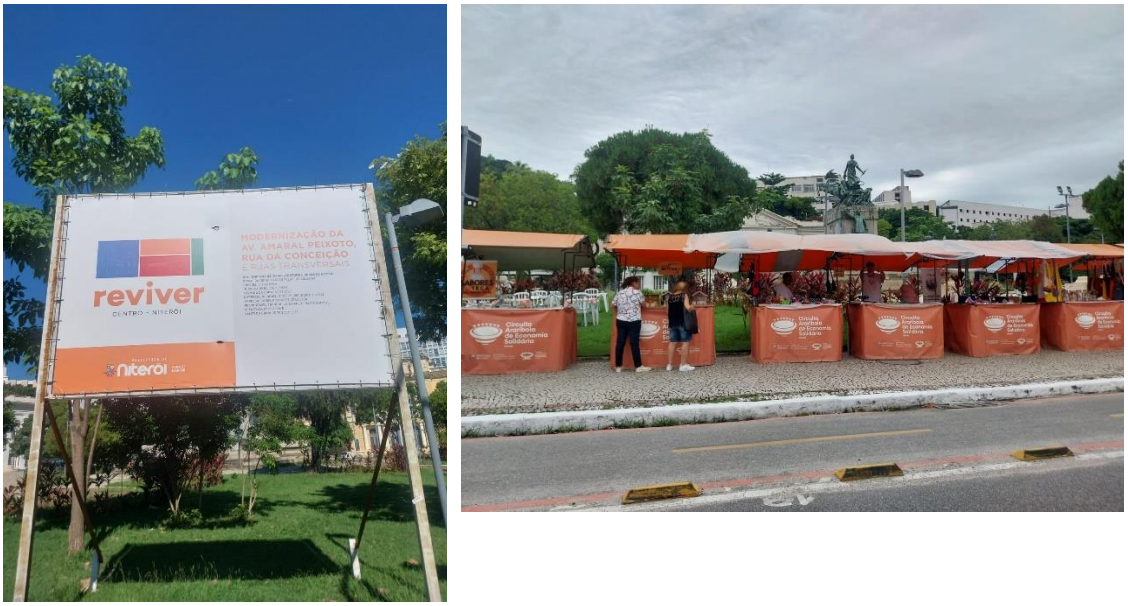
Adicionalmente, o entorno que sofria nos anos 90 com a ocupação desordenada por estacionamentos e a exploração por guardadores autônomos de carros, que formavam um verdadeiro "cordão de isolamento" ao redor da praça, dificultando visual e fisicamente a entrada da comunidade ao ambiente, continua sendo um desafio pelo fluxo intenso das Avenidas Amaral Peixoto e Rua Dr. Celestino, embora neste quesito os semáforos instalados permitam a travessia segura.

A carência de mobiliário urbano funcional, como bancas de jornais, quiosques e iluminação adequada, ainda que no espaço adjacente, contribui para uma sensação de insegurança que afugenta o cidadão, reforçando o uso do espaço apenas como um cenário estático a ser observado de longe, e não vivenciado.

Nas idas a campo, recentes, foi possível constatar as movimentações da obra de Modernização a Avenida Amaral Peixoto, Rua da Conceição e suas transversais. O cronograma da mesma, dentro do Programa Reviver Centro, iniciado em novembro de 2025, terá dois anos de duração. O foco da obra é a alteração dos passeios, assim, antigos calçamentos em Pedra Portuguesa na região estão sendo trocados por placas cimentícias carentes de expressão plástica, brilho e desenhos. O calçamento da praça será preservado em função do tombamento, ainda assim, os ares de modernização estão longe de resolver os problemas relacionados à segurança no local.

O local no período noturno é deserto e dificilmente se verifica a movimentação de pessoas, logo, a falta do olhar humano no espaço transmite insegurança e dá lugar a permanência de moradores em situação de rua e usuários de drogas. Apesar da proximidade com a Delegacia de Polícia se faz necessária a utilização de rondas para garantir a segurança. Em contraponto, em visita recente ao local, foi descoberta uma feira: “Circuito Araribóia de Economia Solidária” que vem ocorrendo durante o dia e traz humanização, inclusive cadeiras para que os transeuntes possam se sentar e contemplar o espaço.

Figura 8: Modificações recentes



Fonte: dos autores, 2026

A importância histórica da Praça da República reside no fato de ela ser o registro mais significativo das transições socioculturais e políticas da antiga capital fluminense. Como um "lugar de memória", o local não apenas abriga monumentos, mas mantém a vontade de uma coletividade em preservar sua identidade cívica diante das transformações urbanas. A praça funciona como um eixo integrador de um conjunto arquitetônico onde o Ecletismo ultrapassa os temas individuais de cada prédio para articular uma linguagem de poder e modernidade que dialoga com a história mundial.

O monumento "O Triunfo da República" atua como o fio condutor dessa memória, unindo simbolicamente os municípios do estado através da terra depositada em sua base, consagrando a unidade fluminense. A preservação deste conjunto é vital para que a memória coletiva de Niterói ofereça resistência à ação uniformizadora da metrópole, mantendo um sentimento de coerência e continuidade no tempo. Ao integrar o passado no presente, a praça oferece referências existenciais que unem o sentir dos niteroienses, servindo como uma bagagem hereditária indispensável para as gerações futuras.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória da Praça da República de Niterói, marcada por sua concepção monumental, destruição arbitrária e renascimento democrático, exemplifica as tensas relações entre poder político e patrimônio cultural no Brasil. Sua reconstrução no ano do Centenário da República não foi apenas uma obra de engenharia, mas um gesto de resgate da cidadania e uma vitória da memória sobre o esquecimento imposto pelo autoritarismo. No entanto, a análise do seu estado atual revela que a preservação física dos prédios, embora essencial, é insuficiente se não houver uma política de revitalização que priorize a escala humana e a segurança do pedestre.

Nos dias atuais, torna-se imperativo que o poder público reavalie os critérios de proteção, estendendo o tombamento definitivo a todos os prédios que compõem o conjunto cívico em igualdade de condições, reconhecendo que o valor do patrimônio reside na harmonia do todo e não apenas em edifícios isolados. A Praça da República deve deixar de ser um mero cenário de circulação para retomar sua vocação original de centro cívico, cultural e sentimental da cidade. Somente através da educação patrimonial e de intervenções urbanísticas que integrem o passado cívico às demandas contemporâneas de lazer e conforto, Niterói poderá assegurar que este marco simbólico continue a ser o coração pulsante de sua identidade fluminense.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Guilherme Mattos de. **A Revolta da Armada (1893)**. Revista do IGHMB, Rio de Janeiro, ano 83, n. 112, p. 33-58, Edição Especial, 2024.

Aragão, Everton Oliveira Cassemiro. **Habitação Popular no Centro – Região Portuária de Niterói**. Relatório de Pesquisa de Iniciação Científica para FAPERJ. EAU / UFF, Niterói, RJ, Brasil, 2025.

BRITO, Clélia Fernandes de. **A Praça da República de Niterói. 1990**. 355 f. Dissertação (Mestrado em História da Arte) – Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 1990.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **A cidade como centro político.** *In:* MARTINS, I. L.; KNAUSS, P. (Orgs.). Cidade múltipla: temas de história de Niterói. Niterói: Niterói livros, 1997. p. 73 - 100.

INEPAC (Instituto Estadual do Patrimônio Cultural). **Processo E-03/18.213/78: Tombamento do Fórum, Câmara Municipal, Biblioteca Estadual e Monumento à República na Praça da República.** Niterói, 1978-1990.

MACEDO, Silvio Soares. **Quadro do Paisagismo no Brasil.** São Paulo: FAU-USP, 1999.

NEMER, Luciana; MORANO, Cássia Andrea Ruotolo; FREITAS, Jairo Rodrigues de. **Praça da República.** Trabalho Disciplina Planejamento Urbano e Regional II, FAU / UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 1991a.

NEMER, Luciana; MORANO, Cássia Andrea Ruotolo; FREITAS, Jairo Rodrigues de. **Revitalização da Praça da República.** Trabalho Disciplina Planejamento Urbano e Regional II, FAU / UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 1991b.

PANTOJA, Sílvia. **Amaralismo e pessedismo fluminense: o PSD de Amaral Peixoto. 1995**. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 1995.

WEHRS, Carlos. **Niterói, Ontem e Anteontem**. Instituto Histórico de Niterói, Editado no Rio de Janeiro, 1986.